

Campanhas institucionais do Sindifisco-PB são premiadas

Veiculadas ao longo de 2018, campanhas institucionais do Sindifisco-PB, elaboradas em conjunto com a agência Sala 10 Comunicação, receberam cinco premiações, distribuídas entre os prêmios “Chapéu de Ouro” e “Carcará”.

Foram duas premiações em primeiro lugar no “Prêmio Carcará”, realizado pelo Sindicato das Agências de Propaganda da Paraíba (Campanha do Ano e Impresso Institucional), além de outras três premiações em segundo lugar no “Prêmio Chapéu de Ouro”, realizado pelo Sistema Correio de Comunicação (TV Serviço Público Governamental, Anúncio Institucional e Anúncio Serviço Público). As campanhas foram ainda finalistas nas categorias Mídia Digital e TV Institucional.

Para a diretoria do Sindifisco-PB, as premiações são reflexo do entendimento da comissão julgadora, em sintonia com a sociedade paraibana, sobre a importância das auditoras e auditores fiscais como agentes de transformação social.

Reforma para quem?

A julgar pela veemência com que trata o assunto, a reforma da Previdência é uma das, senão a prioridade, do governo Jair Bolsonaro. O tema pauta todos os discursos do presidente e também do ministro da economia, Paulo Guedes. Segundo Guedes, “a proposta de reforma da Previdência que está sendo estruturada pelo governo pode render uma economia de R\$ 700 bilhões a R\$ 1,3 trilhão em dez anos”.

A Previdência Social vem sendo cobiçada, há muito tempo, pelo sistema financeiro que pretende ampliar, ainda mais, os seus exorbitantes lucros. Há mais de 20 anos a mídia

tenta convencer os cidadãos de que a Previdência é deficitária. Entretanto a Previdência sempre foi superavitária (até 2015), apesar de todos os ataques sofridos.

Por que essa insistência em prejudicar os trabalhadores, quando há tantas outras fontes de receita para serem exploradas? Por exemplo: cobrar de grandes empresas devedoras cujo débito já atinge cerca de meio bilhão de reais.

Temos que lutar para derrotar qualquer reforma que, se aprovada, será o fim das aposentadorias.

Reforma Tributária Solidária II

O sistema tributário do Brasil só favorece os ricos e contribui para a manutenção da desigualdade em níveis inaceitáveis para os padrões mundiais. Na relação de 140 países quanto à desigualdade, o Brasil está no penúltimo lugar. Vergonhoso.

Nos países desenvolvidos, a tributação incide fortemente sobre a renda e o patrimônio e pouco sobre o consumo. No Brasil, ocorre o inverso: 49% de nossa arrecadação provém do consumo (ICMS, PIS, COFINS). Os mais pobres gastam a quase totalidade de seus salários (que já são baixos) com bens de consumo (sobretudo alimentação). Assim, os pobres contribuem para a maior parte da arrecadação. É essa a razão de se dizer que os pobres financiam os ricos. Na OCDE o imposto de renda contribui com 34% da arrecadação total; no Brasil, só 18%. Hoje, a alíquota é 27, 5% e se pretende reduzir ainda mais para beneficiar os mais ricos! Tudo ao contrário.

A RTS propõe reduzir o peso dos tributos sobre os mais pobres (reduzir impostos sobre o consumo), buscando a sustentação financeira do Estado nas classes mais fortes econômica e financeiramente (aumento dos impostos sobre a renda, o patrimônio e as movimentações financeiras). Assim, se cumprirá, finalmente, a Constituição Federal que determina que os impostos “...serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte”.

AUDITOR FISCAL COM
ORGULHO